

O Alto Douro Vinhateiro: a plantação de novas vinhas e a REN



**FERNANDO BIANCHI
DE AGUIAR ***

NA REGIÃO DEMARCADA do Douro (RDD), e de forma ainda mais marcante no Alto Douro Vinhateiro (ADV), a paisagem foi criada pelo homem depois do trabalho do rio, que determinou um território com declives acentuados.

A principal protecção contra a erosão é a resultante dos terraços e dos sistemas de drenagem associados à actividade agrícola, essencialmente viticultura, construídos numa sábia relação do Homem com a natureza.

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) está feita independentemente da diversidade dos ecossistemas em presença e não foi tida em conta a paisagem vitícola viva que predomina nas zonas declivosas (1). O regime aplicável, ao não permitir alterações do coberto vegetal, inviabiliza qualquer operação de instalação ou reconversão de vinhas, do mesmo modo que impede ou inviabiliza a beneficiação e a modernização das instalações de vinificação das quintas da região, acabando por constituir, numa interpretação meramente literal ou exegética, um regime perverso relativamente aos fins a que se destina, não se coadunando com a necessária preservação e valorização desta paisagem humanizada.

Tendo presente que mais de metade da REN, nos municípios do ADV, é constituída por Espaço Agrícola e que a maioria deste espaço e do Espaço Florestal está também classificada como REN, era necessário assegurar condições para a manutenção das actividades tradicionais da região, estabelecendo, simultaneamente, um qua-

dro regulamentador das mesmas, que as integrasse com a preservação dos valores e recursos naturais, nomeadamente a paisagem. O Plano Intermunicipal de Ordenamento do ADV (PIOT-ADV) propõe e fundamenta esse quadro regulamentar, não vinculando contudo, antes da sua transposição para os PDM, os privados.

A mencionada proibição de alterações do coberto vegetal pode, no entanto, ser afastada mediante o reconhecimento do seu interesse público a efectuar por despacho conjunto dos membros do Governo competentes em razão da matéria.

No uso deste mecanismo está reconhecido o interesse público das movimentações de terra e destruição do coberto vegetal, em determinadas condições e na medida do estritamente necessário à prática de actividades agrícolas tradicionais da região, designadamente para plantação ou replantação de vinhas ou outras culturas permanentes, incluindo os melhoramentos fundiários e os acessos de trabalho realizados para esse fim, no ADV.

Condiciona-se assim e desde já as intervenções referidas ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- 1** – Não implicar a obstrução ou destruição das linhas de drenagem natural nem a alteração da morfologia das margens dos cursos de água bem como da sua vegetação;
- 2** – No caso de plantação ou replantação da vinha e outras culturas permanentes, as intervenções devem observar as seguintes condições: em parcelas com área superior a 5 hectares ou com declive superior a 20% deve ser apresentado um estudo do sistema de drenagem de acordo com a armação do terreno; numa área contínua de vinha superior a 10 hectares, no mesmo sistema de armação de terreno, deve estar prevista a ins-

talação de bordaduras nos acessos de trabalho; numa área contínua, no mesmo sistema de armação de terreno, superior a 15 hectares, quando estiverem em causa sistemas de drenagem tradicionais ou outros valores patrimoniais, deve ser apresentado um plano de gestão para o conjunto da exploração;

- 3** – As plantações em encostas com declive superior a 50% são interditas, salvo quando a parcela de destino estiver ocupada por vinha ou outra cultura permanente, ou ainda por mortórios, caso em que poderá ser efectuada em micropatamares;
- 4** – As plantações em encostas com declive compreendido entre 40% e 50% poderão ser efectuada em patamares estreitos de uma linha ou micropatamares;
- 5** – A plantação da vinha ‘ao alto’ só pode ser efectuada em encostas ou parcelas com declive inicial da encosta inferior a 40%, excepto nos antro-solos com maior susceptibilidade à erosão onde o limite é de 30%;
- 6** – As plantações em parcelas já ocupadas por vinha, olival ou amendoal armados com muros, ou ainda por mortórios, têm que ser feitas com recurso a patamares estreitos ou micropatamares, mantendo muros de suporte.

Em síntese, condicionantes que visam garantir a redução do risco de erosão através de uma adequada implantação das vinhas nas encostas, minimizando o impacto mais negativo das novas forma de armação do terreno, recuperando o padrão tradicional da paisagem reintroduzindo a prática da plantação de árvores nas bordaduras em grandes áreas contínuas e avaliando previamente, nas grandes intervenções, os valores patrimoniais em risco de destruição. ■

**Professor Associado da UTAD*

(1) A REN constitui uma estrutura diversificada que, condicionando a utilização de áreas com características ecológicas particulares, garante a protecção dos ecossistemas e a salvaguarda dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas.